



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Requisitante: Gerência de Projetos – GEPRO
Objeto: Elaboração do projeto de sistema central condicionador de ar para ampliação do fórum da Comarca de Frutal.

LICITAÇÃO Nº. 60 /10
PROCESSO Nº. 2587/09

CONVITE

OBJETO: Elaboração do projeto de sistema central condicionador de ar para ampliação do fórum da Comarca de Frutal/MG.

PREÇO MÁXIMO: R\$23.970,00 (vinte e três mil e novecentos e setenta reais).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 17:00 horas do dia 02 de julho de 2010, na Rua dos Timbiras, nº. 1.802, Centro, Belo Horizonte/MG, aos cuidados da Comissão de Licitação.

ABERTURA DOS ENVELOPES: às 10:00 horas do dia 05 de julho de 2010, na Rua dos Timbiras, nº. 1.802, Centro, Belo Horizonte/MG.

SUMÁRIO

PREÂMBULO	2
1. OBJETO.....	2
2. DA PARTICIPAÇÃO	2
3. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES.....	2
4. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº. 1.....	3
5. DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE Nº. 2.....	5
6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	5
7. DO CREDENCIAMENTO	5
8. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO.....	6
9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO.....	6
10. DOS RECURSOS.....	7
11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	7
12. DOS PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO	7
13. DO CONTRATO.....	8
14. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS	9
15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	9
16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	9
17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	9
ANEXO I – (MODELO) CREDENCIAMENTO	11
ANEXO II – (MODELO) DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS	12
ANEXO III – (MODELO) DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO.....	13
ANEXO IV – CONTEÚDO DO CD-ROM	14
ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO.....	15

Obs.: Os arquivos gravados no CD-Rom são partes integrantes deste Edital.


4060-9



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Requisitante: Gerência de Projetos – GEPRO

Objeto: Elaboração do projeto de sistema central condicionador de ar para ampliação do fórum da Comarca de Frutal.

LICITAÇÃO Nº. 60 /10

PROCESSO Nº. 2587/09

PREÂMBULO

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 21.154.554/0001-13, isento de inscrição estadual, através de sua Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio – DIRSEP, torna público aos interessados do ramo pertinente que promoverá a presente licitação, sob a modalidade **CONVITE**, regida pela Lei Federal nº. 8.666/1993 e Lei Complementar Federal nº. 123/2006, atendendo, ainda, às disposições da Lei Estadual nº. 13.994/2001 e do Decreto Estadual nº. 44.431/2006, bem como todas as alterações posteriores destas normas. O certame destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa, pelo **critério de julgamento do menor preço global**, nos termos e condições fixados neste Edital e em seu(s) anexo(s).

1. OBJETO

Elaboração do projeto de sistema central condicionador de ar para ampliação do fórum da Comarca de Frutal/MG.

1.1. A forma de execução será indireta, no regime de empreitada por preço global e prazo determinado, implicando na total e completa responsabilidade do Licitante Vencedor, por todo e qualquer serviço – fornecimento, próprio ou de terceiro, que sejam necessários à completa e perfeita execução do serviço, de acordo com os projetos executivos, especificações técnicas e disposições do contrato a ser firmado, conforme Minuta (anexo).

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Além das empresas convidadas, poderão participar desta licitação quaisquer interessados que, na fase de habilitação, comprovem possuir os requisitos de qualificação e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital, inclusive quanto ao seguinte:

- a) entrega de habilitação, em envelope lacrado; e
- b) entrega da proposta comercial, em envelope lacrado.

2.2. **Não poderá participar** da presente licitação, empresário individual ou sociedade empresária:

- a) em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) estrangeiro(a);
- c) suspenso(a) de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;
- d) declarado(a) inidôneo(a) para licitar ou contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) concordatário(a) ou em processo falimentar;
- f) cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

2.3. **Também não poderá participar**, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do serviço objeto deste edital, servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

2.4. A participação no certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

3. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

3.1. Os envelopes contendo a documentação da habilitação (Envelope nº. 1) e a proposta (Envelope nº. 2) deverão ser entregues fechados, até às **17:00 horas do dia 02/07/2010**, na Rua dos Timbiras, 1.802 – Centro, Belo Horizonte/MG, aos cuidados da Comissão de Licitação, onde serão protocolados, contendo em sua parte externa a razão social e endereço do Licitante, além dos dizeres:

No envelope nº. 1: **HABILITAÇÃO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº. 060/2010
Rua dos Timbiras, nº. 1.802 – Centro – Belo Horizonte – MG

No envelope nº. 2: **PROPOSTA**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº. 060/2010
Rua dos Timbiras, nº. 1.802 – Centro – Belo Horizonte – MG

3.2. Exceto no que se refere ao documento de credenciamento, fica vedada a entrega e aceitação de

3.2. Exceto no que se refere ao documento de credenciamento, fica vedada a entrega e aceitação de carta, documento ou anexo, fora dos envelopes.

3.3. Envelopes entregues com atraso ou apresentados de forma distinta das presentes instruções não serão aceitos.

4. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº. 1

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados cuja finalidade social abranja o objeto licitado e atendam a todas as exigências deste Edital, e que apresentem os seguintes documentos no interior do envelope de habilitação, sendo que, uma vez incluídos no processo, nenhum deles será devolvido:

4.1.1. Documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso:

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e não empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento da eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades empresárias e não empresárias, acompanhada de prova da eleição da diretoria em exercício;
- d) Certidão emitida por Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no caso de ME ou EPP.

4.1.2. Documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso:

- a) Prova de inscrição no CIC (pessoa física) ou CNPJ (pessoa jurídica);
- b) Prova de regularidade com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União - RFB/PGFN) Estadual e Municipal do domicílio ou sede do cadastrando, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Certificado de regularidade junto ao FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante.

4.1.3. Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida, no máximo, nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para a realização da licitação;

4.1.4. Documentação relativa à qualificação técnica:

- a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, onde constem os seus responsáveis técnicos;
- b) **Capacidade técnico-profissional:** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) em nome de profissional(is) de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, que tenha vínculo profissional formal com o licitante, devidamente comprovado por documentação pertinente, na data prevista para entrega da proposta e que conste na Certidão de Registro do CREA como responsável técnico do licitante. Tal(is) atestado(s) deverá(ão) ter sido emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA e deverá(ão) estar acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), que comprove(m) a execução de serviços de:

I. Projeto de sistema central condicionador de ar.

- b.1) A comprovação do vínculo profissional formal do responsável técnico com o licitante deverá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

I. Vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o n.º de registro, qualificação civil e contrato de trabalho;

II. Vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou da sede do licitante;

III. Profissional autônomo, contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos e no CREA;

IV. Outros documentos hábeis para comprovação deste vínculo.

- b.2) Declaração de que o(s) responsável(eis) técnico(s) detentor(es) do(s) atestado(s) referido(s) no caput será(ão) o(s) responsável (eis) pela execução do serviço, objeto deste edital, com informação do(s) respectivo(s) nome(s), CPF e n.º. do registro na entidade profissional competente, conforme modelo anexo, que deverá ser assinada em conjunto pelo representante legal da empresa e pelo(s) Responsável(eis) Técnico(s) mencionado(s).

- b.3) Os profissionais indicados e comprovados pelo licitante através dos atestados acima, deverão participar da elaboração do projeto objeto desta licitação, admitindo-se a sua substituição, caso necessário, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que formalmente solicitado e demonstrado a ocorrência de fato superveniente, devendo ser prontamente aprovado pelo Tribunal.

4.1.5. Documentação Complementar:

- a) Declaração de inexistência, em seu quadro de pessoal, de trabalhadores menores, na forma do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo anexo;

4.2. Considerações finais sobre a Habilitação:

4.2.1. Os documentos relacionados no subitem 4.1 poderão ser substituídos, desde que expressamente indicados nos cadastros abaixo, pelo:

- a) Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Cadastro Geral de Fornecedores de MG – CAGEF e/ou
b) Certificado de Registro Cadastral emitido pelo SICAF.

4.2.2. No caso de não constar dos mencionados cadastros quaisquer documentos e/ou comprovações exigidos no subitem 4.1 ou caso tais cadastros apresentarem documentos com prazos de validade vencidos, o licitante deverá incluí-los no envelope de habilitação, anexados ao certificado cadastral acima citado.

4.2.3. Todos os documentos terão sua validade verificada no dia previsto para a abertura dos envelopes de habilitação. Inexistindo prazo de validade expresso, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias consecutivos, contados de sua expedição, exceto Certidão Negativa de Falência e Concordata, cuja validade será de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos contados de sua expedição.

4.2.3.1. Os prazos acima não se aplicam aos atestados de qualificação técnica.

4.2.4. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou servidor da Administração ou, ainda, por publicação em órgão da imprensa oficial.

4.2.5. O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis.

4.2.6. Para fins de habilitação, é facultada à Comissão de Licitação a verificação das informações e a emissão de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos serem juntados ao processo.

4.2.6.1. A possibilidade de consulta prevista no subitem anterior não constitui direito do licitante e a Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da diligência, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será inabilitado.

4.2.7. Os licitantes considerados habilitados responderão, na forma da lei, a qualquer tempo, pela veracidade das informações e documentos apresentados, assim como deverão apresentar quaisquer documentos adicionais eventualmente exigidos.

4.2.8. As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

- a) Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à convocação da Comissão de Licitação, prorrogáveis por igual período, a critério do Tribunal, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Comissão de Licitação.
- c) Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos dois dias úteis inicialmente concedidos.
- d) A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

4.2.9. Se todos licitantes forem inabilitados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação, escoimadas das causas que tenham determinado a inabilitação. Os documentos deverão ser apresentados conforme os procedimentos indicados, e serão abertos em sessão pública, observando-se o procedimento de avaliação e julgamento estabelecidos neste Convite.

4.2.10. A Comissão de Licitação lavrará ata circunstanciada de todas as sessões da licitação, que será assinada por seus membros e pelos representantes presentes dos licitantes.

5. DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE Nº. 2

5.1. A proposta deverá ser elaborada, numerada e rubricada em todas as suas folhas, digitada de forma clara, sem ressalvas, emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o entendimento pela Comissão de Licitação, sendo devidamente assinada por quem tenha poderes de representação, apresentando, ainda, as seguintes informações:

- a) Razão social, CNPJ, endereço completo, número do telefone, fax e endereço eletrônico;
- b) Nome do banco, número da conta-corrente e agência em que deseja receber os seus créditos;
- c) Valor global do objeto desta licitação em reais (em algarismo arábico e por extenso);
- d) O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a critério da administração;
- e) Prazo de execução do serviço que será de 60 (sessenta) dias consecutivos, a partir da data da "Autorização de Início do serviço".

5.2. Não serão aceitas propostas encaminhadas via *e-mail*, fax, telegrama, disquete ou *CD-Rom*.

5.3. Após a abertura do envelope contendo a proposta, não caberá desistência do licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, aceito pela Comissão de Licitação, conforme artigo 43, §6º, da Lei Federal nº. 8.666/93. Tampouco serão admitidos cancelamento, inclusão ou exclusão de documentos, retificação de preço e alteração nas condições, ficando o Licitante sujeito às penalidades previstas em lei.

5.4. Consideram-se incluídas na proposta todas as despesas necessárias à execução do objeto, como materiais, mão-de-obra, tributos, encargos sociais, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo exclusivamente do licitante vencedor.

5.5. Considerações finais sobre a proposta comercial:

- a) Uma vez incluído no processo, nenhum documento será devolvido.
- b) Aberto o envelope de proposta comercial, nenhum documento poderá ser incluído ou substituído;
- c) Com o recebimento da proposta, o Tribunal entenderá que todos os projetos, prazos, especificações, quantitativos e locais de instalação foram detalhadamente analisados e considerados compatíveis com a execução dos serviços.
- d) Em sua proposta, o licitante deverá considerar que o Tribunal efetivará as retenções financeiras previstas nas legislações vigentes.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Impugnações ao presente Edital, na forma do art. 41 da Lei Federal nº. 8.666/93, deverão ser dirigidas à Comissão de Licitação:

- a) até o 5º dia útil que anteceder à abertura dos envelopes da habilitação, quando a impugnação for feita por qualquer cidadão, devendo a Comissão de Licitação julgar e responder a impugnação em até 03 (três) dias úteis;
- b) até o 2º dia útil que anteceder à abertura dos envelopes da habilitação, quando a impugnação for feita pelo licitante, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

6.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não a impedirá de participar deste Convite até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

6.3. A Comissão disponibilizará sua decisão acerca da impugnação no endereço eletrônico www.tjmg.jus.br, por meio do link "Licitações", para conhecimento do impugnante e demais interessados, cabendo a estes acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. No local, data e hora indicados neste edital para abertura e julgamento será realizado o credenciamento do representante legal dos licitantes, conforme modelo de "Credenciamento" (anexo).

7.1.1. Documentação de credenciamento, conforme segue:

- a) na condição de procurador: documento oficial de identidade e instrumento público ou particular de procuração, ou outro documento que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para praticar todos os atos inerentes ao certame, expedida pelo licitante;
- b) na condição de sócio ou dirigente da sociedade: documento oficial de identidade e cópia do contrato social registrado no órgão de registro de comércio competente ou documentação na qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome do licitante;

7.1.2. A não apresentação do documento de credenciamento ou a sua incorreção não impedirão a participação do licitante no certame, porém, impossibilitarão seu representante de se manifestar e responder pela empresa, não podendo rubricar documentos, fazer observação ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos.

7.1.3. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas etapas desta licitação e a responder por sua representada, para todos atos e efeitos previstos neste Edital.

7.1.4. Não será admitida a indicação de um mesmo representante para mais de um licitante.

7.1.5. Na hipótese de alteração do representante credenciado em sessões posteriores, deverá ser feito novo credenciamento nos mesmos moldes inicialmente estabelecidos.

8. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

8.1. A abertura dos envelopes de habilitação ocorrerá às **10:00 horas do dia 05 de julho de 2010**, na Rua dos Timbiras, n.º.1.802, Centro, Belo Horizonte/MG, ocasião em que, inicialmente, serão colhidas as assinaturas dos representantes dos licitantes, credenciados, na lista de presença.

8.2. A Comissão de Licitação procederá à abertura dos envelopes contendo a Habilitação, submetendo a documentação ao exame dos representantes das empresas participantes.

8.3. Todos os documentos, inclusive os envelopes, deverão ser rubricados pelos presentes.

8.4. A Comissão de Licitação poderá apreciar e decidir de imediato sobre a habilitação dos licitantes, ou suspender os trabalhos, divulgando sua decisão e marcando data para a abertura das propostas no sítio: www.tjmg.jus.br no link do Diário do Judiciário Eletrônico (DJE).

8.5. Caso a decisão seja proferida na primeira sessão e, havendo desistência expressa de todos os licitantes do direito de recorrer em relação à fase de habilitação, será iniciada a abertura do envelope de Proposta Comercial dos licitantes habilitados, sendo o seu conteúdo rubricado pelos presentes.

8.5.1. Os resultados do julgamento das propostas serão divulgados no sítio: www.tjmg.jus.br no link do Diário do Judiciário Eletrônico (DJE).

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1. Para julgamento das propostas, a Comissão de Licitação adotará o critério de menor preço global.

9.2. Da Correção de Erros:

9.2.1. As propostas serão examinadas pelo Tribunal, para a verificação de erros, que serão corrigidos da seguinte forma:

- a) quando houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso, o valor por extenso prevalecerá;
- b) quando houver erro no resultado da multiplicação da quantidade pelo preço unitário de determinado item, o preço unitário fornecido prevalecerá, salvo se houver grosseira má colocação do ponto decimal, situação na qual prevalecerá o preço unitário corrigido; e,
- c) quando houver erro do somatório total dos itens e subitens da planilha, a correta adição prevalecerá.

9.2.2. O preço global será ajustado pelo Tribunal de acordo com os procedimentos acima.

9.2.3. Caso o licitante não aceite o ajuste efetuado do valor ofertado, na forma prevista nesse subitem, deverá manifestar-se imediata e justificadamente, sob pena de desclassificação.

9.3. Da desclassificação das propostas:

9.3.1. Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no art. 48, incisos I e II da Lei Federal n.º 8.666/93, as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas neste Edital;
- b) apresentarem valor global superior ao preço máximo estabelecido neste Edital;
- c) apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis, assim consideradas aquelas propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - I. média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração ou
 - II. valor orçado pelo Tribunal.

9.3.2. Não será admitida proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3.3. Não serão desclassificadas propostas pela ocorrência de vício que, a juízo da Comissão de Licitação, possa ser sanado sem que se comprometa a igualdade de tratamento dispensado às empresas licitantes.

9.3.4. Também não serão desclassificadas as propostas cujos licitantes demonstram a sua viabilidade através de documentação que comprove que os valores apresentados são compatíveis com a execução do objeto.

9.4. Da classificação das propostas

9.4.1. As propostas serão classificadas na ordem crescente dos preços globais cotados, sendo colocada em primeiro lugar a de menor preço global.

9.4.2. Caso a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP em valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 1º, da Lei Complementar nº. 123/2006.

9.4.3. Ocorrendo o citado empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;
- b) não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME e EPP remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no caput desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrem no limite estabelecido no caput desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.4.4. Uma vez classificadas as propostas será verificada na planilha detalhada do detentor da melhor oferta, a existência de itens ou subitens com preços unitários superiores aos orçados pelo Tribunal. Nesta hipótese, a Comissão de Licitação convocará a licitante para negociar a adequação daquele(s) item(ns) ou subitem(ns).

- a) A adequação implicará no ajustamento do valor global apresentado inicialmente.
- b) Frustrada a negociação prevista, a Comissão de Licitação poderá, mediante decisão fundamentada, desclassificar a proposta.

9.5. A Comissão de Licitação se reserva o direito de:

- a) analisar e julgar, em outra oportunidade, o conteúdo dos envelopes apresentados;
- b) realizar diligências para esclarecimento do que entender necessário;
- c) exigir, para fins de conferência, os originais de todos os documentos apresentados em cópias;
- d) sanear possíveis falhas não essenciais ou fazer correções de caráter formal no curso do procedimento, desde que o licitante possa satisfazer as exigências pertinentes dentro do prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da intimação da decisão da Comissão de Licitação, que será precedida de parecer jurídico.
- e) A Comissão de Licitação poderá solicitar pareceres técnicos, para orientar a sua decisão nas fases de habilitação e julgamento de propostas.

9.6. Caso existam propostas com o mesmo preço global, o desempate será efetuado pela Comissão de Licitação por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, com ou sem a presença dos interessados, em data e horário previamente comunicados às licitantes através do sítio: www.tjmg.jus.br e do Diário do Judiciário Eletrônico – DJE.

9.7. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar às licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior, que deverão ser apresentadas conforme os procedimentos indicados e serão abertas em sessão pública, observando-se o procedimento de julgamento estabelecido neste Edital.

9.8. Durante o julgamento não serão reformulados os fatores e os critérios previstos neste Edital, sob pena de responsabilidade.

9.9. A Comissão de Licitação lavrará ata circunstanciada de todas as sessões da licitação, que será assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes dos licitantes.

10. DOS RECURSOS

10.1. Os recursos administrativos, em conformidade com o art. 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação, que poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade superior, dentro do prazo legal.

10.2. Os recursos pertinentes à habilitação ou inabilitação de licitante ou ao julgamento de proposta terão efeito suspensivo, podendo a Comissão de Licitação, motivadamente e considerando razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos interpostos, consoante art. 109, §2º, da Lei Federal n. 8.666/93.

10.2.1. O efeito suspensivo atribuído aos recursos repercutirá sobre o curso do prazo de validade das propostas.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A execução dos serviços correspondentes ao objeto deste Convite será adjudicada a uma única empresa, atendidas as condições deste Edital.

12. DOS PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

12.1. Após a publicação da homologação no Diário do Judiciário Eletrônico (www.tjmg.jus.br, link “DJE”) o

licitante será convocado para assinatura do Termo de Contrato nesta Diretoria, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da convocação, podendo esse prazo ser prorrogado, desde que formalmente solicitado e mediante aprovação da DIRSEP, por igual período.

12.1.1. A liberação dos compromissos assumidos pelos licitantes estará condicionada à observância dos prazos e condições previstos neste Edital.

12.2. Caso o adjudicatário se recuse a assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido no subitem anterior, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas para inexecução total do objeto previstas na Minuta do Contrato.

12.3. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, serão convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, nos termos do art. 64, § 2º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

12.4. O disposto no artigo 81 da Lei Federal nº. 8.666/93 não se aplica aos licitantes convocados nos termos do item anterior, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e ao preço.

13. DO CONTRATO

13.1. O Contrato a ser firmado com o licitante vencedor incluirá as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos e na proposta vencedora e necessárias à fiel execução do objeto licitado, conforme Minuta do Contrato (anexo)

13.1.1. A Contratada não poderá, em hipótese alguma, caucionar ou utilizar o Contrato com o TRIBUNAL para nenhuma operação financeira.

13.1.2. A Contratada não poderá transferir ou ceder direitos ou obrigações do Contrato, salvo com autorização expressa do Tribunal, concedida após análise e aprovação da documentação exigida.

13.2. Após publicação do Extrato de Contrato no Diário do Judiciário Eletrônico – DJE será emitida Autorização de Início dos Serviços, com prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos para o seu início, contados do recebimento da autorização e condicionado à entrega da documentação prevista no Anexo da Minuta do Contrato.

13.3. Dos prazos:

13.3.1. O prazo de vigência do presente Contrato será de **180 (cento e oitenta) dias consecutivos**, conforme descrito na Minuta do Contrato.

13.3.2. O prazo de execução dos projetos, a partir da ordem de início, será de **60 (sessenta) dias**, conforme discriminado abaixo:

- a) Entrega do relatório dos estudos preliminares para apreciação pelo Tribunal até 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento da ordem de início;
- b) Entrega do projeto básico: até 35 (trinta e cinco) dias corridos, a partir da aprovação pelo Tribunal do estudo preliminar;
- c) Entrega do projeto executivo: até 15 (quinze) dias corridos a partir da aprovação pelo Tribunal do projeto básico.

13.4. Do pagamento:

13.4.1. O pagamento referente aos serviços será efetuado até 10 (dez) dias após o recebimento dos mesmos, para análise e aprovação pela equipe técnica deste Tribunal, sendo:

- a) 10% (dez por cento) do valor total da proposta na entrega e aprovação do Estudo Preliminar,
- b) 40% (quarenta por cento) do valor total da proposta na entrega e aprovação do Projeto Básico,
- c) 50% (cinquenta por cento) do valor total da proposta na entrega e aprovação do Projeto Executivo.

13.4.1.1. O pagamento será efetuado após cada etapa, conforme estabelecido acima, mediante apresentação de nota fiscal.

13.4.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, da proposta e contida no próprio instrumento do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitida com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

13.4.3. A nota fiscal/fatura será emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida das seguintes informações:

- a) indicação do objeto do Contrato;
- b) indicação do número do Contrato;
- c) destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento
- d) destaque de valor relativo a qualquer retenção aplicada pelo Tribunal, para produzir, exclusivamente, efeitos financeiros no ato de pagamento, não podendo alterar o valor total do documento fiscal;
- e) conta bancária, conforme indicado pela Contratada na sua proposta.

- a) documento fiscal preenchido conforme o disposto no subitem anterior;
- b) regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Seguridade Social e com o FGTS, considerada na data de liquidação da despesa;

13.4.5. O Tribunal poderá sustar os pagamentos devidos à Contratada, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:

- a) à liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- b) à existência de débitos para com o Tribunal, quando não coberto pela garantia contratual ou esta for insuficiente;
- c) à existência de débitos para com terceiros ou outros débitos de responsabilidade da Contratada, relacionados com os serviços contratados, que possa ensejar a responsabilização solidária ou subsidiária do Tribunal;
- d) ao descumprimento de obrigação relacionada ao objeto do Contrato.

13.4.6. As ocorrências previstas no item acima deste Edital não constituem o Tribunal em mora, não geram direito à alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços, reservando-se o Tribunal no direito de se utilizar dos pagamentos devidos à Contratada para cobrir as pendências apuradas.

13.4.7. Fica vedada a emissão de duplicatas com base no Contrato, não se responsabilizando o TRIBUNAL, em hipótese alguma, por seu pagamento, que se responsabilizará, exclusivamente, pelo pagamento das faturas da Contratada.

14. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1. A análise dos projetos apresentados será feita por engenheiros lotados na Diretoria-Executiva de Engenharia e Gestão Predial – DENGEP do Tribunal, devendo a Contratada fazer as adaptações no serviço de sua responsabilidade, caso necessário, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, sem ônus para este Tribunal.

14.2. Será exigido o registro de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao CREA/MG, através do impresso nº 1 a ser entregue juntamente com o Projeto Básico.

14.3. Após a entrega do projeto definitivo, o recebimento dar-se-á pelo Tribunal, através de análise da documentação realizada pela fiscalização do Tribunal. O serviço será recebido **definitivamente**, mediante termo circunstanciado, em até 15 (quinze) dias da comunicação de sua conclusão pela Contratada, ficando essa responsável, pela entrega da documentação exigida.

14.4. Após o recebimento dos serviços, a Contratada estará sujeita a revisões do projeto, ainda que findo o contrato, devido a incorreções, erros ou omissões que por ventura sejam encontrados durante as fases subsequentes dos projetos complementares e orçamento da obra.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Aos licitantes que tiverem praticado ato ilícito visando frustrar os objetivos da presente licitação e/ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados, garantida a ampla defesa e o contraditório, poderão ser aplicadas as sanções previstas nos artigos III e IV do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93, com inclusão no CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – MG.

15.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções estabelecidas para inexecução total do objeto previstas na Minuta do Contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório.

15.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato celebrado, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas na Minuta de Contrato (anexo).

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas referentes à execução do Contrato correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal, na classificação orçamentária 4.4.90.51.01 – Estudos e Projetos de Bens Patrimoniáveis.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A apresentação da proposta implicará na aceitação tácita de todas as exigências contidas neste edital e em seus anexos.

17.2. O licitante, por seus responsáveis, responderá pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

17.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto no período do feriado forense de final de ano, que acontece de 20 de dezembro a 06 de janeiro, inclusive.

17.4. É facultada à Comissão de Licitação ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.5. A Comissão de Licitação responderá às consultas formuladas por escrito, protocolizadas ou encaminhadas por e-mail licit@tjmg.jus.br até as 18 horas do 2º dia útil antecedente à data prevista para o recebimento das propostas.

17.5.1. As respostas a esclarecimentos, impugnações, recursos e a comunicação dos demais atos serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.tjmg.jus.br, por meio do link "Licitações – 2010, para conhecimento dos interessados em participar do certame, cabendo a estes acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

17.6. Qualquer medida judicial oriunda da presente licitação será processada na Comarca de Belo Horizonte/MG, com expressa renúncia de outra, por mais privilegiada que seja.

17.7. São partes integrantes e inseparáveis do presente Edital:


- Anexo I – (Modelo) Credenciamento;
- Anexo II – (Modelo) Declaração dos Responsáveis Técnicos;
- Anexo III – (Modelo) Declaração de Menor Empregado;
- Anexo IV – Conteúdo do CD-Rom;
- Anexo V – Minuta de Contrato.

17.8. Em caso de discrepância entre anexos e o Edital, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

17.9. Para fins de consulta dos interessados está franqueado os presentes autos, na Rua dos Timbiras, nº. 1.802, Centro, Belo Horizonte/MG.

17.10. Mais informações poderão ser obtidas pelo telefone (31) 3249.8080 ou através do *sítio* www.tjmg.jus.br, pelo qual poderá ser acompanhado o andamento desta licitação.

Belo Horizonte, 22 de junho de 2010.


Henrique Esteves Campolina Silva
Gerente de Compra de Bens e Serviços

TJ 4060-0

..

ANEXO I – (MODELO) CREDENCIAMENTO

Credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º e CPF n.º, a participar da licitação instaurada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sob o n.º ____/____ na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ n.º, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

..... de de xxxx.

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa

Obs.:

Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

ANEXO II – (MODELO) DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

**DECLARAÇÃO DA EMPRESA REFERENTE AO(S)
RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) PELA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital nº. ____/____ que o(s) Sr(s) é (são) nosso(s) indicado(s) como Responsável(eis) Técnico(s) para acompanhar a execução dos serviços, objeto da licitação nº. ____/____.

Local e data

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa

DE ACORDO:

Nome(s), Assinatura(s), CPF (MF) e CREA do(s) Responsável(eis) Técnico(s)

ANEXO III – (MODELO) DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO

(Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal)

PESSOA JURÍDICA

Ref.: Convite nº. ____/____

(nome da empresa), CPF/CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). (nome do representante), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

_____, ____ de _____ de xxxx

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa

ANEXO IV – CONTEÚDO DO CD-ROM

O CD-ROM contém:

- a) Projeto Arquitetônico Básico;
- b) Especificações técnicas para elaboração do projeto;
- c) Arquivo LEIA-ME, que descreve orientações ao licitante para utilização do CD;

Programas utilizados p/ arquivos do CD:

- Editor de Texto: MS Word 2003 (Especificações)
- Para os projetos, os arquivos de impressão (.plt) foram gerados a partir do DRIVER HP GL 2, PLOTTER HP 750 C PLUS.

O CD-Rom deverá ser obtido na Comissão de Licitação do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, situada à Rua dos Timbiras, 1802 – Centro – Belo Horizonte/MG.

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

GECONT/CONTRAT
Ct. XXX/XXXX

**TERMO DE CONTRATO POR EMPREITADA GLOBAL QUE
ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
MINAS GERAIS E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte, na Av. Afonso Pena nº. 1.420 e Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº. 21.154.554/0001-13, doravante denominado TRIBUNAL, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxx, celebram o presente CONTRATO, decorrente do Processo Licitatório nº 2587/2009 – Convite, regido pela Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, observando, também, a Lei Estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001, e o Decreto Estadual nº. 44.431, de 29 de dezembro de 2006, e alterações posteriores a estas normas, bem como as seguintes cláusulas e condições:

OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto deste contrato a elaboração do projeto de sistema central condicionador de ar para ampliação do fórum da Comarca de Frutal, localizado na Praça Sete de Setembro, nº 50, em Frutal/MG, conforme especificações técnicas contidas no Edital de Licitação nº. 060 – Convite e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA: Os serviços a serem executados são os constantes do projeto básico e da proposta da CONTRATADA à Licitação nº. 060 – Convite, parte integrante e inseparável do presente CONTRATO.

RESPONSABILIDADES E DIREITOS DOS CONTRATANTES

CLÁUSULA TERCEIRA: Compete ao TRIBUNAL:

3.1 - Exercer ampla fiscalização sobre os serviços contratados, por intermédio de prepostos seus, devidamente credenciados, aos quais a CONTRATADA deverá facilitar o exercício de suas funções.

CLÁUSULA QUARTA: O representante do TRIBUNAL terá poderes para fiscalizar a execução dos serviços e especialmente para:

4.1 - sustar os trabalhos sempre que considerar a medida necessária;

4.2 - recusar qualquer serviço ou material que não se enquadre nas especificações e padrões exigidos pelo TRIBUNAL;

4.3 - decidir com o representante da CONTRATADA, todas as questões que surgirem durante a execução dos trabalhos.

CLÁUSULA QUINTA: A fiscalização do TRIBUNAL não elimina ou atenua as responsabilidades da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA: Compete à CONTRATADA:

6.1. Observar fielmente as especificações técnicas e ordens de serviços emitidas pelo TRIBUNAL, responsabilizando-se pela qualidade dos trabalhos.

6.2. Desmanchar e refazer, à sua custa, dentro do prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, todos os serviços em que se constatem defeitos, erros, falhas e quaisquer outras irregularidades.

6.3. Informar à fiscalização do TRIBUNAL a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão dos serviços dentro do prazo estabelecido neste instrumento para a sua execução, sugerindo as medidas cabíveis para sua regularização.

6.4. Registrar no CREA/MG, por sua conta e responsabilidade, o presente contrato, de acordo com o disposto na Lei 6.496 de 07/12/77 e Resolução 257 do CONFEA, de 19/09/78.

6.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista,

previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a prestação de serviços ora contratados.

6.7. Elaborar o projeto de acordo com os requisitos técnicos constantes da Especificações Técnicas para Elaboração do Projeto de Sistema Central Condicionador de Ar, constante do CD-Rom anexo ao edital.

DOS PRAZOS

CLÁUSULA SÉTIMA: O prazo para execução dos projetos, a partir da ordem de início, será de 60 (sessenta) dias conforme discriminado abaixo:

- a) Entrega do relatório dos estudos preliminares para apreciação pelo TJMG: até **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento da ordem de início;
- b) Entrega do projeto básico: até **35 (trinta e cinco) dias corridos**, a partir da aprovação pelo TJMG do estudo preliminar;
- c) Entrega do projeto executivo: até **15 (quinze) dias corridos** a partir da aprovação pelo TJMG do projeto básico.

7.1. Estes prazos não incluem o período de análise pelo TRIBUNAL durante a entrega de cada etapa.

7.2. O prazo de vigência do presente contrato é de **180 (cento e oitenta) dias consecutivos**, contado da data de sua assinatura, aí compreendidos o prazo para a autorização de início, o relativo à execução dos serviços e o equivalente à aprovação pelo TRIBUNAL.

7.3. Ocorrendo a prorrogação do contrato, esta se fará por meio de Termo Aditivo, reservando-se ao TRIBUNAL o direito de exigir, durante a prorrogação, o mesmo atendimento prestado no presente instrumento.

DO RECEBIMENTO, SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA OITAVA: Após a entrega do projeto definitivo, o recebimento dar-se-á pelo TRIBUNAL, através de análise da documentação realizada pela fiscalização do TJMG, o serviço será recebido definitivamente, mediante termo circunstanciado, em até **15 (quinze) dias** da comunicação de sua conclusão pela CONTRATADA, ficando essa responsável, pela entrega da documentação exigida.

8.1. Após o recebimento dos serviços, a CONTRATADA estará sujeita a revisões do projeto, ainda que findo o contrato, devido a incorreções, erros ou omissões que por ventura sejam encontrados durante as fases subseqüentes dos projetos complementares e orçamento da obra.

CLÁUSULA NONA: O TRIBUNAL se reserva o direito de, a qualquer tempo, suspender ou cancelar os serviços objeto deste contrato, mediante comunicação escrita à CONTRATADA.

9.1. O cancelamento definitivo dos trabalhos pelo TRIBUNAL determinará de pleno direito a rescisão do presente contrato, sem que assista à CONTRATADA o direito a qualquer indenização, além da remuneração dos serviços efetivamente executados.

9.1.2. Ocorrendo a hipótese acima, a CONTRATADA terá direito a receber o valor dos materiais adquiridos e ainda não aplicados, até a data do cancelamento dos serviços, pelos preços constantes das Notas Fiscais ou comprovante hábil de seu custo.

CLÁUSULA DÉCIMA: Rescindido o contrato, a CONTRATADA obriga-se a paralisar os serviços a partir da data da comunicação escrita que expedir ou receber, respondendo por todas as obrigações definidas neste contrato que decorrerem dos trabalhos executados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A CONTRATADA, após o aviso de suspensão, deve:

- a) Suspender os trabalhos na data e durante o prazo determinado no aviso;
- b) não emitir novas ordens ou subcontratos para aquisições de materiais e serviços relacionados com o trabalho suspenso.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O TRIBUNAL pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços contratados, o valor total de R\$ xxxxx,xx (XXXXXXX), conforme abaixo:

- a) 10% (dez por cento) do valor total da proposta na entrega e aprovação do Estudo Preliminar,
- b) 40% (quarenta por cento) do valor total da proposta na entrega e aprovação do Projeto Básico,
- c) 50% (cinquenta por cento) do valor total da proposta na entrega e aprovação do Projeto Executivo.

12.1. O Pagamento será efetuado após cada etapa, conforme estabelecido acima, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

12.2. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.2.117.4.4.90.51.01 – Estudos e Projetos de Bens Patrimoniáveis.

12.3. O valor acima somente poderá ser reajustado após o decurso de 12 (doze) meses contados da data limite para apresentação da proposta da CONTRATADA, com base na variação do IGP/M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

12.4. Todas as despesas como mão de obra, impostos, taxas, etc. estão inclusas no valor total desta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A CONTRATADA apresentará a fatura/nota fiscal na Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial - DENGEP, para ser aprovada em, no máximo, 03 (três) dias úteis, acompanhada dos originais das certidões negativa de débito junto ao INSS e FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal (válidas e regulares).

13.1. O valor da nota fiscal/fatura será depositado em conta bancária, conforme indicação da CONTRATADA, até o 7º (sétimo) dia útil contado a partir da aprovação pelo TRIBUNAL.

13.2. Em caso de irregularidade, o prazo de pagamento será contado a partir da data de reapresentação da documentação, devidamente regularizada e o pagamento será efetuado sem alteração do valor.

13.3. A devolução de nota fiscal/ fatura não aprovada pelo TRIBUNAL, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

13.4. O TRIBUNAL fará a retenção relativa à Seguridade Social, nos termos da Lei Federal nº 8.212/91 combinado com o Decreto nº 3.048/99 e demais legislações pertinentes à matéria.

13.5. Nenhum pagamento será efetuado estando pendente de liquidação qualquer obrigação da CONTRATADA, sem que isso implique alteração do preço proposto, correção monetária, compensação financeira ou interrupção na prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O TRIBUNAL se reserva o direito de, em qualquer ocasião, fazer alteração no projeto ou especificações, que impliquem redução ou aumento de serviços, resultem ou não correção do valor contratual, obedecido o limite legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Quando, na execução do contrato, houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, a CONTRATADA levantará previamente os quantitativos, observando os critérios de medição do TRIBUNAL e os custos, sendo o valor total definido conforme previsto na Cláusula Décima Sétima.

15.1. Após exame e aprovação do orçamento pelo TRIBUNAL e celebração do devido termo aditivo, será emitida autorização escrita para realização dos serviços.

15.2. Serão reconhecidas como alterações do projeto ou de especificações, somente aquelas feitas com autorização escrita do TRIBUNAL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Ocorrendo a hipótese da Cláusula anterior, o pagamento será feito com base na medição dos serviços aprovados pelo TRIBUNAL.

16.1. Caso as alterações venham a influir no cronograma apresentado, o mesmo deverá ser modificado somente em relação àqueles itens dependentes das alterações aprovadas, e sujeito à autorização do TRIBUNAL.

16.2. Os preços unitários servirão para permitir medições de eventuais acréscimos ou deduções de serviços, decorrentes de modificações nos projetos e especificações autorizadas pelo TRIBUNAL, observada a Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Não serão medidos serviços executados em desacordo com os projetos e as especificações que integram o presente contrato.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Este contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões do objeto, observado o limite máximo de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, sem que isso implique aumento do preço proposto.

17

**DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA
PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS POR PESSOA JURÍDICA**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, o TRIBUNAL se reserva o direito de rescindir o Contrato ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social.

19.1. Em caso de cisão, o TRIBUNAL poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgidas da cisão, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.

19.1.1. Em qualquer dessas hipóteses, deverá ser formalmente comunicada a ocorrência ao TRIBUNAL, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

19.2. A não-apresentação do comprovante, em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida, implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido o Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas em lei para essa hipótese.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA: É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira sem autorização expressa do TRIBUNAL, bem como:

20.1. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei.

20.2. Subcontratar o todo ou parte do serviço, ensejando, tal ato, sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pelo TRIBUNAL.

20.3. Contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado ou de servidor em exercício de cargos de direção ou de assessoramento da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau, nos termos da Resolução nº. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça e da Portaria nº. 1.860, de 20 de dezembro de 2005, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

20.4. Alocar profissionais para a prestação de serviços objeto deste contrato que sejam servidores ocupantes de cargo pertencente ao Quadro Permanente do TRIBUNAL.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como:

a) Por ato unilateral e escrito do TRIBUNAL, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial.

b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

c) Incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela CONTRATADA durante a prestação dos serviços.

21.1. Ocorrendo a rescisão contratual, o TRIBUNAL não indenizará a CONTRATADA, salvo pelos serviços já executados até o momento da rescisão.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência, por escrito, informando à CONTRATADA sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

b) Multa, observados os seguintes limites:

b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor total do contrato, em caso de atraso na prestação dos serviços, ou pela inexecução parcial da obrigação assumida, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

b.2) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, nas hipóteses previstas na alínea b.1.

b.3) até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato, prevista no inciso I do artigo 79 da Lei Federal nº.8.666/93.

c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo TRIBUNAL e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas;

d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº. 44.431/06 e alterações posteriores.

22.1. O valor das multas e indenizações aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado do pagamento eventualmente devido pela Administração, ou cobrado na forma da Lei.

22.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: A eficácia deste contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ("Diário do Judiciário Eletrônico") do TRIBUNAL.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte para qualquer ação oriunda do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte,

PELO TRIBUNAL:

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente

PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas: